

O IDEÁRIO CIDADE-JARDIM E SUAS CONTRADIÇÕES SOCIOESPACIAIS NA CIDADE DE CAMPINAS-SP

Thais Hayashi Vaz de Arruda¹ 

Maria Tereza Duarte Paes² 

Destaques:

- O modelo bairro-jardim enquanto derivação da concepção urbanística Cidade-Jardim.
- O urbanismo de Jorge de Macedo Vieira e sua predileção pelo ideário Cidade-Jardim.
- A formação dos bairros campineiros Nova Campinas, Chácara da Barra e Vila Iza.
- O Plano de Melhoramentos Urbanos e a diversificação da habitação como produto do mercado imobiliário.
- Alterações morfológicas e refuncionalização urbana dos três bairros-jardim de Campinas-SP.

Resumo: Os bairros Nova Campinas, Vila Iza e Chácara da Barra, localizados na cidade de Campinas-SP, foram projetados pelo engenheiro e urbanista Jorge de Macedo Vieira, entre os anos 1945 e 1950. Os loteamentos seguiram o modelo urbanístico bairro-jardim e foram criados durante a implementação do Plano de Melhoramentos Urbanos na cidade. Este artigo analisa criticamente a criação destes bairros, objetivando revelar a introdução da concepção Cidade-Jardim na cidade de Campinas. Para isso, consideramos as articulações e as contradições socioespaciais entre: o ideário cidade-jardim praticado pelo engenheiro projetista, os preceitos estabelecidos na legislação e no plano de urbanismo então vigentes e os interesses dos agentes imobiliários dos loteamentos. O artigo apresenta a evolução dos bairros e suas atuais condições na malha urbana, a fim de analisar como a dinâmica socioespacial alterou a manifestação da morfologia bairro-jardim em Campinas.

Palavras-chave: Cidade-jardim; Bairro-jardim; História da cidade; História do planejamento urbano; Planejamento urbano.

GARDEN-CITY AND ITS SOCIO-SPATIAL CONTRADICTIONS IN THE CITY OF CAMPINAS

Abstract: Nova Campinas, Vila Iza and Chácara da Barra, neighborhoods located in the city of Campinas, São Paulo, were designed by engineer and urban planner Jorge de Macedo Vieira, between 1945 and 1950. The subdivisions followed the neighborhood-garden urbanistic model and were created during implementation of the Urban Improvement Plan in the city. This article critically analyzes the creation of these

¹ Graduanda em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). E-mail: hayashithais20@gmail.com

² Professora Livre Docente na área de Meio Ambiente Urbano pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Departamento de Geografia-IG (2018). E-mail: paes.tereza@gmail.com

neighborhoods, aiming to reveal the introduction of the Garden-City concept in Campinas. To do so, we consider the articulations and socio-spatial contradictions between the garden-city ideal practiced by the engineer, the precepts established in the legislation and urban planning plan in force, and the real estate interests in the subdivisions. The article presents the evolution of each neighborhood and their current urban conditions to analyze how the socio-spatial dynamics changed the manifestation of the neighborhood-garden morphology in Campinas.

Keywords: Garden City; Neighborhood-garden; City history; History of urban planning; Urban planning.

LA IDEA DE CIUDAD JARDÍN Y SUS CONTRADICCIONES SOCIOESPACIALES EN LA CIUDAD DE CAMPINAS, SÃO PAULO

Resumen: Los barrios Nova Campinas, Vila Iza y Chácara da Barra, ubicados en la ciudad de Campinas (São Paulo, Brasil), fueron proyectados por el ingeniero y urbanista Jorge de Macedo Vieira entre los años 1945 y 1950. Los fraccionamientos siguieron el modelo de barrio jardín urbano y fueron creados durante la implementación del Plan de Mejoramiento Urbano en la ciudad. Este artículo analiza críticamente el diseño de estos barrios, con el objetivo de revelar la introducción del concepto de Ciudad Jardín en la ciudad de Campinas. Para ello, se consideran las articulaciones y contradicciones socioespaciales entre: el ideal de ciudad jardín practicado por el ingeniero proyectista, los preceptos establecidos en la legislación y plan urbanístico entonces vigente, y los intereses de los agentes inmobiliarios de los fraccionamientos. Este artículo presenta la evolución de los barrios y sus condiciones actuales en el tejido urbano, con el fin de analizar cómo las dinámicas socioespaciales alteraron la manifestación de la morfología barrio jardín en la ciudad de Campinas.

Palabras clave: Ciudad Jardín; Barrio jardín; Historia de la ciudad; Historia del urbanismo; Planificación urbana.

INTRODUÇÃO

Esse artigo resulta de uma contribuição geográfica à análise da formação e evolução dos bairros-jardim Nova Campinas, Chácara da Barra e Vila Iza (Figura 1), na cidade de Campinas-SP, projetados na primeira metade do século XX pelo engenheiro e urbanista Jorge de Macedo Vieira. A partir das categorias do método geográfico propostas por Lefebvre (1974) e Santos (2014), identificamos o processo dialético entre tais *formas* da paisagem urbana – os bairros-jardim; as intencionalidades atribuídas a estes, ou as suas *funções*; e as *estruturas* sociais determinantes no planejamento urbano através do *processo* histórico de formação e evolução desses bairros, de modo a evidenciar as suas dinâmicas socioespaciais, para além das aparentes morfologias, e o processo presente de suas conservações, valorizações e usos.

Figura 1 - Bairros Nova Campinas, Chácara da Barra e Vila Iza



Elaborado pelas autoras (2020).

O modelo bairro-jardim deriva da concepção urbanística Cidade-Jardim, elaborada pelo urbanista inglês Ebenezer Howard no final do século XIX, quando propôs um ideal urbano que fundia os aspectos positivos do campo e da cidade. A proposta se embasou em considerações políticas e sociais (CHOAY, 2000), como a propriedade cooperativa do solo e a gestão comunitária dos assentamentos habitacionais (HOWARD, 1996), aspectos considerados mais importantes do que as formas físicas (HALL, 1988).

No entanto, o movimento “Internacional Cidade-Jardim” se consolidou a partir da adaptação da proposta original no que se refere aos princípios da vida comunitária e, passando a comportar novas intencionalidades, o *Ideário da Cidade-Jardim* recebeu novas denominações, como “cidades novas, cidades satélites, subúrbios-jardins, ou simplesmente bairros-jardins” (ANDRADE, 1998, p.66). Essa tradução se insere no âmbito da disciplina urbanismo, que

emergiu “no quadro de uma reflexão sobre o impacto espacial da revolução industrial” (CHOAY, 2000, p. 02). Nesse sentido, como afirma Lefebvre (2001, p. 45), é necessário o exame crítico do urbanismo quanto às dissonâncias entre suas teorias e práticas.

Ao procurar se constituir um meio para a reconstrução da sociedade capitalista (HALL, 1988), a Cidade-Jardim se colocou alheia à estrutura de classes na sociedade e tomou a cidade como um objeto reprodutível utópico, tanto que foi qualificada por seu idealizador a partir das expressões “liberdade” e “nenhuma exploração” (HOWARD, 1996, p. 109). Jacobs (2014, p. 22) critica, justamente, essa utopia autoritária: “como em todas as utopias, o direito de possuir projetos de qualquer significado cabia apenas aos urbanistas de plantão”. O ideário não apreende que a cidade, como observa Lefebvre (2001), é o lugar onde prevalece a coexistência de diferentes maneiras de viver a vida urbana.

Já o bairro-jardim, fundamentado na estrutura do solo urbano capitalista, é completamente alheio ao caráter de utopia sociopolítica da proposta original e elege a valorização estética da natureza como meio principal para agregar valor de uso ao solo no âmbito de um segmento de prestígio do mercado imobiliário, que produz bairros residenciais ajardinados, horizontais e com baixa densidade habitacional ou quase exclusivos.

A introdução do ideário Cidade-Jardim no Brasil, na primeira metade do século XX, ocorreu quando a elite do país passou a gestar novas concepções de modernidade e civilização e, controlando a burocracia estatal, firmou o ideário no urbanismo nacional (REGO, 2014). Na cidade de São Paulo, os primeiros bairros-jardim foram construídos pela empresa *City of São Paulo Improvements and Freehold Land Company Limited (Cia. City)*, que “adquiriu cerca de 37% de todo o perímetro urbano de São Paulo” (BONFATO, 2003b, p. 77) e atuou no loteamento de bairros residenciais voltados às classes altas. Inovando nas formas de urbanização, vendas e marketing, “forjou-se uma identidade forte na paisagem, conhecida como bairro da *City*” (WOLFF, 2001, p. 84).

Entre os anos de 1917 e 1919, a Cia. City contratou o arquiteto inglês Barry Parker que, juntamente com Raymond Unwin, havia projetado na

Inglaterra a primeira cidade e o primeiro bairro-jardim da história: Letchworth (1903) e Hampstead (1907), respectivamente. Parker proporcionou à capital paulista conhecimentos sobre a Cidade-Jardim e suas distorções, uma vez que seus projetos são inseridos já em um contexto de especulação imobiliária. Nesse período, Jorge de Macedo Vieira realizou um estágio na *Cia. City*, recebendo de Parker diversas influências (ANDRADE, 1998). Formado na Escola Politécnica de São Paulo, em 1917, é considerado um dos principais representantes do urbanismo brasileiro e um engenheiro pragmático que uniu ideias racionalistas, funcionalistas e culturalistas, tendo sido influenciado por modelos internacionais como o *City Beautiful* e o *Garden-City* (BONFATO, 2003).

Os projetos do engenheiro possuem significativas similaridades com os de Parker, como o aprimoramento do desenho do tipo orgânico, a valorização das particularidades do terreno e da topografia e o cuidado com as áreas de talvegues e várzeas (BONFATO, 2003; TREVISAN, 2003). Essas características são encontradas nos traçados dos três bairros que projetou em Campinas-SP, em um período de profunda mudança da morfologia urbana da cidade, reflexo da nova mentalidade cívica da elite campineira da primeira metade do século XX, temas articulados neste artigo.

METODOLOGIA

Efetuamos revisões bibliográficas em literatura nacional e internacional, tendo em vista a reflexão teórica e conceitual e a abordagem histórica. Em acervos e arquivos públicos, levantamos documentos referentes à legislação urbanística e às plantas dos loteamentos, e consultamos notícias de jornais. Também realizamos análise de conteúdo midialógico, trabalho empírico para o levantamento de dados sobre os bairros no momento atual e trabalhos técnicos de produção cartográfica. A abordagem resultante desta investigação busca contribuir criticamente à análise das influências do urbanismo internacional no Brasil e suas implicações socioespaciais na cidade de Campinas-SP. Além disso, procuramos identificar as alterações na morfologia e funções dos bairros-jardim campineiros, a fim de entender como se inserem no atual contexto de produção do espaço urbano da cidade.

O PLANO DE MELHORAMENTOS URBANOS EM CAMPINAS: AS ARTICULAÇÕES ENTRE O ESTADO E O CAPITAL IMOBILIÁRIO

A industrialização na cidade de Campinas foi potencializada a partir da década de 1930, quando a atividade industrial se tornou a base da reprodução ampliada do capital. O desejo da nova elite urbana, composta por profissionais liberais, comerciantes, industriais e pelo que restou da oligarquia cafeeira, era o rompimento da cidade com seu passado rural, visando associá-la à modernidade (ZAKIA, 2017). Nesse período foi implementado o primeiro plano urbanístico da cidade, inserido no contexto nacional da Era Vargas, representado por um Estado interventor que estimulou a remodelação do espaço urbano a partir de princípios progressistas e modernizantes (PAES-LUCHIARI, 2006).

Em 1929 foi entregue a primeira Planta Cadastral da Cidade de Campinas, confeccionada por Carl Osner e Jorge de Macedo Vieira; era o início da atuação urbanística deste último na cidade. A planta foi fundamental para a elaboração do primeiro plano urbanístico de Campinas, o Plano de Melhoramentos Urbanos (1938), encomendado pelas Comissões Municipais de Planejamento, associadas aos grandes capitais locais (SEMEGHINI, 1988). O plano foi elaborado pelo Engenheiro Francisco Prestes Maia que, quando prefeito de São Paulo, no início dos anos 1940, “tornou pública a sintonia entre a Prefeitura e a *Cia. City*” (FELDMAN, 2018, p. 105) e criou um zoneamento que protegia a morfologia e os usos habitacionais unifamiliares dos bairros-jardim.

O *Termo de Referência* ao Plano de Melhoramentos afirmava que “a inauguração dos estudos urbanísticos [...] marca o início da vida urbana consciente e perfeitamente organizada” (CAMPINAS, 1934, p.89). Apresentando-o como fruto da técnica e da ciência e resultado de um consenso social, o Estado ocultou os interesses dos agentes detentores de capital a quem o Plano estava vinculado. Assim, o planejamento como um instrumento político do Estado (MONTEIRO, 2007) se revelou em Campinas, por uma via ideológica, como a tradução de valores de modernidade e progresso, e uma via de reprodução do capital, adequando o espaço urbano à crescente industrialização

e aceleração dos fluxos, o que se consolidou no plano viário de perimetrais e radiais, proposto por Prestes Maia, que fomentou o circuito do capital imobiliário. Segundo Badaró (1996, p.116), esse processo permitiu que “a iniciativa privada [...] viesse [...] a ser a principal força transformadora da cidade”.

O estímulo ao capital imobiliário ocorreu principalmente pela “habilitação das terras”, por meio do qual as glebas eram incorporadas à área urbana e recebiam condições para serem loteadas (SEMEGHINI, 1988). Se na década de 1920 foram aprovados 24 loteamentos, na década de 1930 esse número subiu para 42; na década de 1940, para 81 e, na seguinte, para 322 (CAMPINAS, 2016). A área loteada em Campinas, em 1953, tinha capacidade para comportar o triplo de sua população (BADARÓ, 1996). Isso ocorreu pois cabia ao empreendedor apenas a implantação do sistema viário, devendo a prefeitura instalar o restante das infraestruturas (CAMPINAS, 2016). Portanto, a partir do plano urbanístico, o Estado atuou como principal agente urbanizador na cidade.

As Unidades Residenciais e a Perimetral Externa

Prestes Maia previu a implantação de “Unidades Residenciais” em Campinas, bairros caracterizados como unidades completas que permitiriam um zoneamento permanente, pois a cidade cresceria por constituição de novas unidades, a articulação das áreas aos usos e o distanciamento do tráfego indesejado nas áreas residenciais. Essas unidades deveriam ter “jardins invertidos”, com “zona residencial no centro e o comércio no perímetro, ao passo que nas cidades-jardins verifica-se o inverso” (PRESTES MAIA, 1935, p. 82-83). Os bairros Nova Campinas, Chácara da Barra e Vila Iza seguiram em boa medida esses princípios, como veremos adiante.

Prestes Maia também propôs a construção de uma Perimetral Externa, que deveria libertar o centro do tráfego de travessia, facilitar a passagem pela cidade, permitir a manutenção de grande velocidade e ligar melhor os bairros entre si:

A perimetral externa [...] alcançará o Córrego do Novaes. Um ramo tratado como Park-Way (avenida-parque, larga, bem

arborizada e mesmo ajardinada, aproveitando a inferioridade dos terrenos baixos para construção) acompanhará o talvegue [...]. A perimetral [...] prossegue pelo espigão do Chapadão, para perto da fazenda Santa Eliza, passa atrás da Escola Profissional pelo vale do taquaral e fecha o circuito nos terrenos dos filtros do Saneamento. Ela liga bem todas as estradas radiais e todos os bairros afastados, constituindo belíssimo passeio (PRESTES MAIA, 1935, p. 72 e 73, grifos nossos).

O Córrego do Novaes, também conhecido como Córrego Proença, deveria ter o seu talvegue tratado como *park-way* e receberia em suas margens parte da Perimetral Externa. Ao longo desse córrego, os bairros Nova Campinas e Chácara da Barra foram loteados. A Vila Iza foi criada entre o Vale do Taquaral e o Canal do Saneamento. Com a instauração do Plano de Melhoramentos, determinou-se:

Art. 140 - Ficam aprovados para execução remota e oportuna, os melhoramentos abaixo indicados [...]

B - Perimetral externa (Canal Proença, Vila Industrial, Alto do Chapadão e Vale do Taquaral)

1 - Avenida e Canal do Proença (Park-Way) entre o Saneamento e a praça circular, no cruzamento das ruas Abolição e Dr. Ângelo Simões (CAMPINAS, SP, 1938).

Até o início da década de 1930, o Córrego Proença representava o limite de expansão da malha urbana à leste (SANTOS, 2002). A partir da implementação do Plano ocorreu a retificação e canalização do Córrego Proença para receber a Perimetral Externa. Assim, o processo de parcelamento das terras da bacia do Córrego Proença foi impulsionado pelo plano urbanístico (SANTOS, 2002), que acelerou a transformação de antigas fazendas de café e de grandes chácaras em loteamentos urbanos. Esse processo ocorreu por meio de investimentos em equipamentos coletivos e infraestrutura e os proprietários assumiram a função de incorporadores, constituindo companhias loteadoras (VILELA, 2006).

ÀS MARGENS DO CÓRREGO PROENÇA NASCEM DOIS BAIROS-JARDIM: NOVA CAMPINAS E CHÁCARA DA BARRA

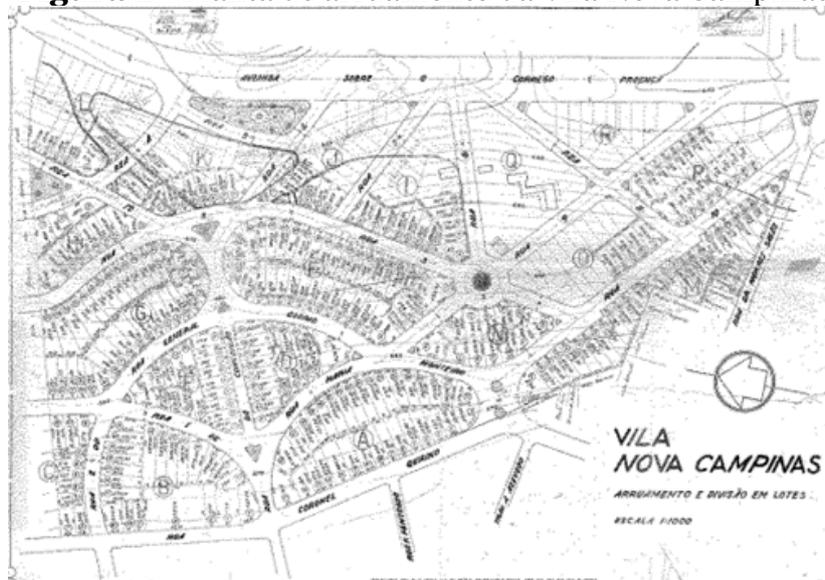
Às margens do Córrego Proença, após os limites do bairro Cambuí, estavam localizadas as terras da Chácara das Laranjeiras, de Alzira Ferreira

Coutinho, neta de Joaquim Inácio Penteado, o Barão de Itatiba, empresário e cafeicultor (JULIANO, 2016). Os capitais da família Coutinho foram direcionados para a atividade imobiliária, compondo o amplo redirecionamento do capital cafeeiro ocioso à expansão urbana da cidade (SEMEGHINI, 1988).

O loteamento das glebas da Chácara das Laranjeiras ocorreu em duas fases. Em 1939, o Córrego Proença é retificado e a Chácara das Laranjeiras tem uma parte de sua gleba loteada. Trata-se da área entre a margem esquerda do córrego e a Rua Coronel Quirino, então limite do bairro Cambuí. Recebendo o nome de Vila Nova Campinas, o loteamento teve seu plano de arruamento assinado pelo Engenheiro Ângelo Crosato (JULIANO, 2016) e, posteriormente, Macedo Vieira intervém em uma área próxima à baixada do córrego.

A planta do loteamento da Vila Nova Campinas (Figura 2) mostra um arruamento em traçado sinuoso, com as principais ruas ocupadas por arborização e praças ajardinadas com ângulos agudos e quadras com esquinas formando praças triangulares. A área da Vila Nova Campinas é reconhecida, atualmente, como parte do bairro Cambuí, pois localiza-se entre este bairro e a Av. José de Souza Campos (Av. Norte-Sul), criada a partir da Perimetral Externa.

Figura 2 - Planta de arruamento da Vila Nova Campinas



Fonte: Juliano (2016).

A reportagem abaixo faz menção à inspiração da Vila Nova Campinas no modelo Cidade-Jardim, apontando que, por conta do sucesso do loteamento, em pouco tempo seria necessário expandi-lo:

a pequena “Cidade-Jardim” em que se transformou a antiga chácara Laranjeiras [...]. Há menos de dez anos entre o Cambuí em plena Evolução e a Campinas Velha, quase decrépita, a chácara “Laranjeiras”, [...] era uma reminiscência verde de antiga e sossegada fazenda senhorial [...] Assim, já não é um simples bairro, mas uma pequena e ajardinada cidade, o que traduz a Vila Nova Campinas, colorido cartão de visita da esplêndida e moderna Princesa d’Oeste (CORREIO POPULAR, 1944, p. 8 *apud* JULIANO, 2016, p. 109-110).

A segunda gleba da Chácara das Laranjeiras, na margem direita do Proença, foi loteada em 1945, com o nome de Nova Campinas. A família Coutinho constituiu a Cia. Imobiliária Nova Campinas, com a finalidade de lotear o novo bairro. Juliano (2016) aponta que o responsável pela venda dos lotes foi o corretor João Brásio, proprietário de um terreno no bairro Taquaral que viria a se tornar o loteamento da Vila Iza. Na década de 1950, a família Coutinho formou a incorporadora COBRÁS em parceria com João Brásio, e atuou na construção de residências no novo bairro.

Macedo Vieira foi contratado pela Cia. Nova Campinas, em 1945, para realizar a canalização de parte do Córrego Proença e o plano de arruamento da Nova Campinas (COMPANHIA IMOBILIÁRIA NOVA CAMPINAS, 1948, p. 11). A intervenção de Macedo transformou a área em um grande *park-way*, conforme proposto por Prestes Maia. O loteamento Nova Campinas seguiu o tipo residencial, com reserva de um núcleo comercial nas duas extremidades das quadras 2 e 10 (CAMPINAS (SP), 1946). Na Figura 3, vemos o traçado sinuoso, as praças triangulares nas esquinas das quadras e parte do *park-way*.

Figura 3 - Parte da Planta do loteamento da Nova Campinas



Fonte: Arquivo da Prefeitura Municipal de Campinas (2019). S. d.

A aplicação do modelo bairro-jardim atraiu as classes média e alta interessadas por essa moderna concepção habitacional, culminando em um processo de “urbanização de status” (CORRÊA, 2000), uma estratégia de proprietários de terras em áreas periféricas que buscam atrair moradores de maior poder aquisitivo. O proprietário-incorporador conseguiu valorizar sua mercadoria associando-a ao modelo bairro-jardim, o que lhe permitiu a obtenção de uma *renda de monopólio* (HARVEY, 2013, p. 311).

Os números referentes à venda dos lotes da Nova Campinas revelam o sucesso do empreendimento. No ano de 1947, o número de lotes compromissados era de 431 sobre um total de 997 (COMPANHIA IMOBILIÁRIA NOVA CAMPINAS, 1948, p. 11). Os lucros foram de Cr\$ 243.840,40, em 1945 (COMPANHIA IMOBILIÁRIA NOVA CAMPINAS, 1946), para Cr\$ 2.383.637,70, em 1947 (COMPANHIA IMOBILIÁRIA NOVA CAMPINAS, 1948), o que representou um aumento de quase 1.000% em apenas dois anos.

A próxima atuação de Macedo Vieira na área de expansão leste da cidade foi o loteamento da Chácara da Barra, localizado na margem direita do Córrego Proença, revelando, novamente, que a construção da Perimetral Externa

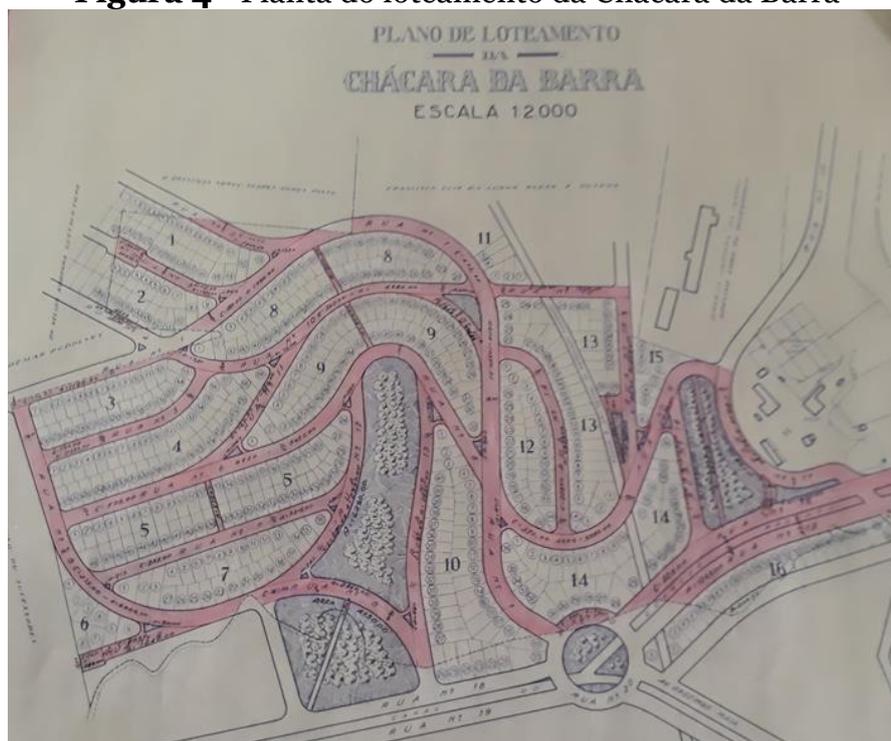
estimulou a conversão da área rural leste da cidade em terra urbana. A nova contratação do engenheiro demonstra a intencionalidade dos empreendedores de criar, nessa frente de urbanização, um certo padrão residencial vinculado aos modernos preceitos do urbanismo. Uma das proprietárias do loteamento, Maria C. Coutinho da Cunha Bueno, era filha de Alzira Ferreira Coutinho (NOTÍCIAS DO INTERIOR, 1932) e sócia da Cia. Imobiliária Nova Campinas. Seu marido, Francisco Luiz da Cunha Bueno, também era sócio da companhia (NOTÍCIAS DO INTERIOR, 1948). Esposa e marido criaram a incorporadora Cunha Bueno S. A. Comercial e Comissária, para lotear a Chácara da Barra.

O loteamento da Chácara da Barra compôs uma das primeiras tentativas de consolidação em massa de habitações populares (BADARÓ, 1996). Na construção do bairro houve o incentivo do poder público municipal e o financiamento pelos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs). Os IAPs foram criados durante o Estado Novo, quando o Estado elabora, pela primeira vez, uma política habitacional, com a participação dos principais sindicatos. Em Campinas, o Estado, os IAPs e o capital privado construíram alguns conjuntos habitacionais, totalizando 414 moradias (SANTOS, 1985).

A Chácara da Barra foi destinada às famílias de comerciantes da cidade. Tendo em vista o aspecto mais popular do loteamento, duas são suas características fundamentais. A primeira se refere a sua localização, próxima de bairros de classes média e alta, como a Nova Campinas e o Cambuí, e do centro da cidade. Esse é um ponto em comum de boa parte dos conjuntos habitacionais construídos pelos IAPs em Campinas, que apresentaram “critérios excepcionais para o jogo da política urbana daquele momento, preservando futuros espaços populares, conquistados em áreas centrais da cidade” (SANTOS, 1985, p. 35).

Outra característica do loteamento da Chácara da Barra se refere à qualidade arquitetônica e construtiva, com a predominância de residências assobradadas, e às amenidades conferidas pelo desenho de um bairro-jardim. A planta do loteamento do bairro (Figura 4) mostra que o arruamento segue o tipo orgânico, priorizando as curvas de nível; praças triangulares (algumas implantadas nas esquinas das quadras) e grandes reservas destinadas a parques e áreas verdes. Na área central do bairro, foi projetado um *park-way* que conecta internamente as quadras e interliga o bairro às regiões vizinhas.

Figura 4 - Planta do loteamento da Chácara da Barra



Fonte: Arquivo da Prefeitura Municipal de Campinas (2019). S. d.

O loteamento da Vila Iza no bairro Taquaral

Localizado entre a extinta Fazenda Taquaral e o Canal do Saneamento, o bairro Taquaral está entre os primeiros bairros surgidos antes do século XX na cidade. A partir de 1940, o bairro se expande através de loteamentos de propriedades rurais da região (XAVIER, 2006). Entre 1946 e 1948 são aprovados oito loteamentos no Taquaral, entre os quais o da Vila Iza, em 1948 (CAMPINAS, (SP), 1948), localizado na região de maior concentração dos novos empreendimentos, entre a Rua Paula Bueno e os trilhos das Estradas de Ferro da Cia. Mogiana.

Os proprietários do loteamento da Vila Iza são Adolpho Guimarães Barros e João Brásio (este último foi o corretor imobiliário que atuou na Nova Campinas). Percebemos, assim, que a contratação de Macedo Vieira ocorreu novamente no âmbito do mesmo círculo de empreendedores imobiliários, o que explicaria a atuação do renomado engenheiro na projeção do bairro que, em relação à Nova Campinas e à Chácara da Barra, possui menores dimensão e lotes e habitações mais modestas.

A planta do loteamento da Vila Iza (Figura 5) mostra um arruamento mais geométrico e o orgânico é encontrado apenas na praça em formato oval, com cerca de 42 por 21 metros, que divide a pequena avenida principal com duas pistas para veículos. Também é possível visualizar parte dos trilhos da Estrada de Ferro da Mogiana, conformando um dos limites do bairro.

Figura 5 - Planta do loteamento da Vila Iza



Fonte: Arquivo da Prefeitura Municipal de Campinas (2019). S. d.

A Vila Iza faz parte dos loteamentos do bairro Taquaral que se configuram pelo tipo residencial-popular e estão localizados ao sul da Lagoa do Taquaral, entre a R. Paula Bueno e a extinta Linha de Ferro da Cia. Mogiana. A Vila Iza não possui a mesma distinção social de alguns outros “novos bairros implantados [...] no norte do Taquaral que, com desenho padrão cidade-jardim e grandes lotes, tornar-se-iam acessíveis apenas à população de melhor renda” (CAMPINAS, 2016, p. 45), como o Jardim Campinas, Jardim Nossa Senhora Auxiliadora, Parque Taquaral e Vila Nogueira (XAVIER, 2006), que ganharam maior visibilidade e *status* por se localizarem no entorno da Lagoa e serem ocupados por casas de alto padrão.

Apesar dessa diversidade, o bairro Taquaral configurou-se como uma importante região da cidade que abrigou iniciativas loteadoras pautadas no modelo bairro-jardim. No caso do pequeno bairro da Vila Iza, são bem menos evidentes as características do modelo bairro-jardim que Macedo Vieira costumava aplicar em seus projetos. Atribuímos isso a menor área ocupada pelo bairro, limitando espaços que poderiam ser destinados a praças e outras soluções do tipo *garden city*. Contudo, assim como a Chácara da Barra, a Vila Iza consiste em um bairro mais popular localizado na área central da cidade.

A EVOLUÇÃO DOS BAIROS-JARDIM EM CAMPINAS

O bairro Nova Campinas evoluiu enquanto um assentamento de enclave de classe alta, embora sem muros. Ex-moradores do bairro relatam que os habitantes visavam a manutenção do *status* da Nova Campinas, tendo se manifestado contrários à implantação de um loteamento vizinho, o Jardim Planalto, por ser destinado às classes populares (JULIANO, s. d.).

A distinção da Nova Campinas não ocorreu somente pelas características de uma bairro-jardim, mas também por sua extrema apropriação de recursos municipais. O *Plano Preliminar de Desenvolvimento Integrado*, de 1971, revela que o índice de infraestrutura (composto por água, esgoto, pavimentação, iluminação pública, telefonia e correio) na Nova Campinas era cerca de 37% maior que o da área total da cidade. O próprio texto oficial aponta: “Nova Campinas possui investimentos desproporcionalmente altos explicado pelo fato de residir a população de mais alto nível de renda e que controla grande parte das decisões municipais” (CAMPINAS, 1971, p. 21).

A evolução da Nova Campinas revela uma contradição inerente aos princípios presentes na concepção do bairro. Harvey (1982, p. 26) analisa que a tentativa de trazer de volta a natureza para dentro da cidade, por escritores como Olmstead e Howard, e a adesão da burguesia a essa ideia de fuga da cidade industrial, mostra uma tendência dessa classe de “contrariar ativamente, em sua própria esfera do consumo, aquilo que ela estava organizando para os outros na esfera da produção”. Desse modo, a cidade industrial, poluída, adensada, que destrói seus remanescentes florestais e expulsa a população

pobre para bairros periféricos, é a mesma na qual são realizados os desejos das classes altas por locais tranquilos e bucólicos para habitação, como os bairros-jardim.

Entretanto, na cidade que historicamente marginaliza e segrega a sua população pobre, produzindo as bases para a crescente violência urbana, a ilusão de um determinismo espacial que, simploriamente associa a *forma* bairro-jardim à qualidade de vida de seus habitantes, se desintegra frente à nova realidade da cidade, absolutamente alheia às condições de justiça socioespacial. A partir dos anos 1990, a Nova Campinas vivenciou uma crescente onda de assaltos, fato relatado por ex-moradores como o principal motivo para o esvaziamento habitacional do bairro (JULIANO, s. d.). A fragmentação articulada no espaço urbano, onde convivem bairros tão desiguais economicamente, fez com que a população pobre das regiões circunvizinhas, de onde provinham muitos trabalhadores para os serviços domésticos na Nova Campinas, passasse a ser vista como suspeita de praticar assaltos no bairro elitizado (JULIANO, s. d.).

Com o esvaziamento habitacional da Nova Campinas, quando boa parte dos moradores é atraída pelos condomínios fechados, as antigas residências passam a ser ocupadas por escritórios de advocacia e clínicas que, não tendo permissão para atuar, não utilizavam placa de identificação (JULIANO, s. d.). A ocupação do bairro por essas atividades foi estimulada pela legislação e por concessões de alvarás ainda na década de 1980, quando a Lei de Uso e Ocupação do Solo (n. 6031/88) permitiu a instalação de pequenos comércios e serviços.

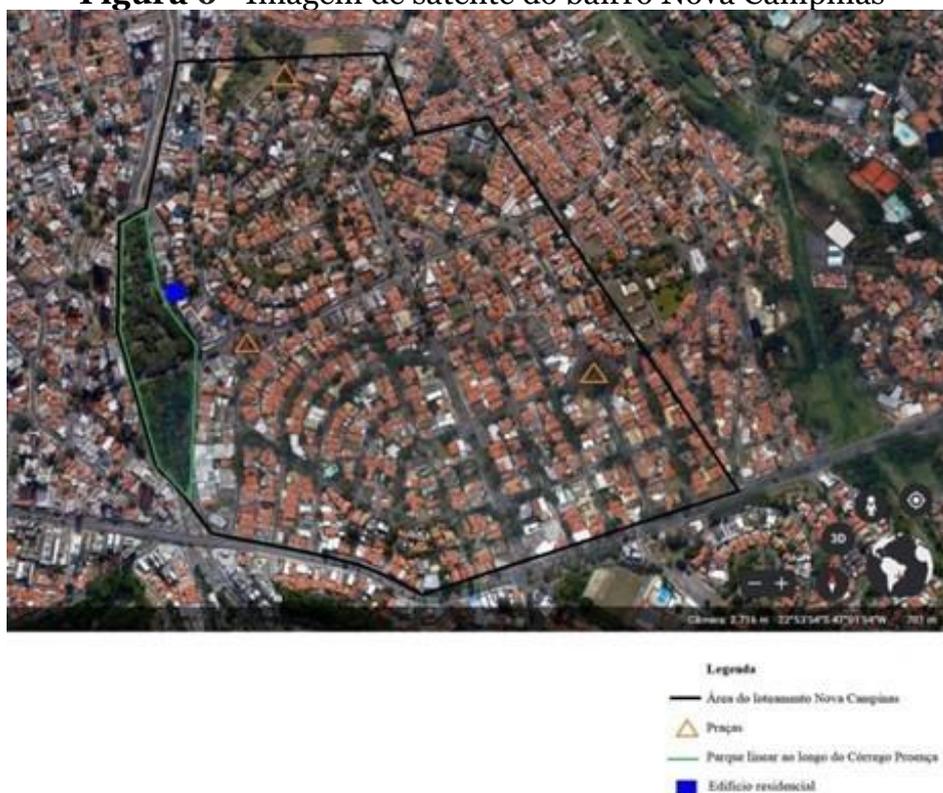
A partir da década de 1990, novas modificações na lei autorizaram a expansão do setor terciário em vários bairros da cidade, inclusive na Nova Campinas. Entretanto, em 23 de setembro de 2002, a Sociedade do Bairro da Nova Campinas (SBNC), resistente às mudanças nos usos do solo, solicitou ao Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas (CONDEPACC) o tombamento do bairro, argumentando que a originalidade do bairro-jardim estava sendo ameaçada pela crescente expansão do setor terciário.

Em 23 de outubro de 2004, o CONDEPACC abre o processo (número 03/04) de estudo de tombamento da Nova Campinas e, em abril de 2005, o

bairro é tombado. No entanto, as pressões econômicas se sobressaíram e anularam o tombamento. Atualmente, o traçado do bairro Nova Campinas se encontra novamente em estudo de tombamento, mas este não inclui a área originária da Chácara das Laranjeiras, que atualmente compõe o bairro Cambuí.

Em trabalhos de campo na Nova Campinas, observamos que o bairro é ocupado por atividades terciárias, como lojas de alto padrão, clínicas de saúde, escritórios de advocacia, restando pouquíssimos imóveis residenciais, embora as características originais do seu traçado permaneçam (Figura 6). Em horário comercial há grande movimentação de pessoas, mas pela noite, com o encerramento das atividades, os quarteirões se esvaziam, restando apenas o funcionamento de alguns restaurantes e bares que o bairro hoje abriga.

Figura 6 - Imagem de satélite do bairro Nova Campinas



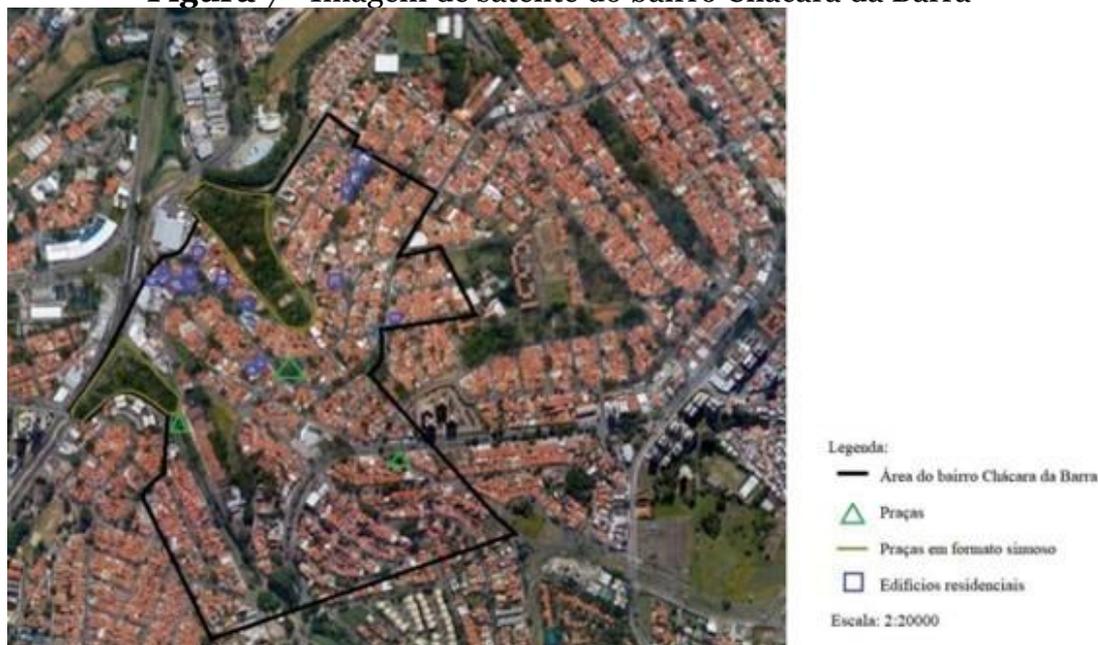
Fonte: *Google Earth*, com anotações das autoras (2020).

O bairro permanece com baixa densidade, alta arborização e com edificações horizontais, com exceção da parte compreendida pela Av. José de Souza Campos (Av. Norte-Sul), que abriga 3 edifícios. Ao longo dessa avenida, encontra-se o *park-way* projetado Vieira, composto pelas praças Augusto César e Ralph Stettinger, que se prolongam por aproximadamente 580 metros ao

longo do córrego e por cerca de 25 metros de cada uma de suas margens. Dotada de estruturas como faixas para pedestres, aparelhos para atividades físicas e parque infantil, a área é utilizada para lazer da população residente, e constituiu a única grande massa verde ao longo do córrego canalizado.

Já no bairro Chácara da Barra (Figura 7), observamos as concepções de Macedo Vieira no traçado sinuoso através de ruas curvas que acompanham o relevo, na presença de praças de tamanhos variados, como pequenos jardins circulares em rotatórias viárias, praças triangulares, e o grande parque em formato sinuoso na região central do bairro, cujo entorno abriga diversos imóveis residenciais. À majoritária ocupação residencial, somam-se alguns imóveis onde são exercidas atividades comerciais e de serviços, que não se localizam apenas no perímetro do bairro, como foi concebido inicialmente.

Figura 7 - Imagem de satélite do bairro Chácara da Barra

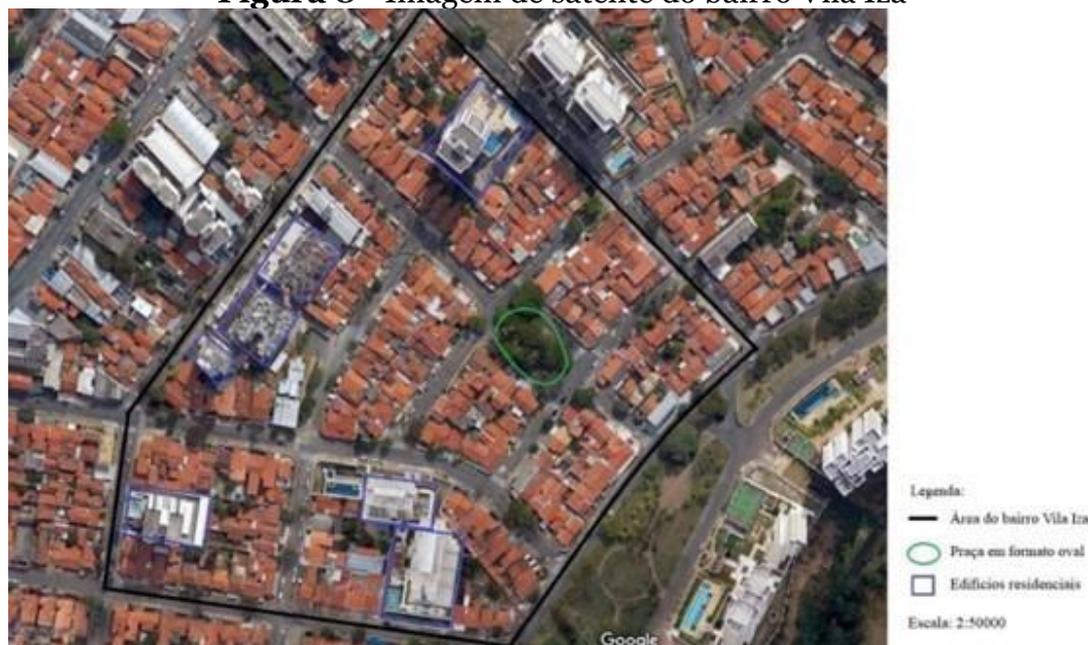


Fonte: *Google Maps*, com anotações dos autores (2020).

A maior parte das residências da Chácara da Barra são de médio padrão, denotando sua ocupação por uma população de classe média. Atualmente existem 15 edifícios residenciais, revelando que o bairro vem passando por uma tendência à verticalização, mas em menor intensidade do que ocorre em outros bairros próximos ao centro da cidade, como o Cambuí, o Taquaral e o Guanabara.

No bairro Vila Iza (Figura 8), foi possível observar o desenho mais geométrico do traçado, se comparado com os outros dois projetos de Macedo Vieira. Identificamos uma única grande praça em formato oval, cujo entorno é ocupado por imóveis residenciais. Ao final da rua dessa praça, existem jardins onde antes se localizavam os trilhos Mogiana e entorno é ocupado por condomínios fechados de edifícios residenciais.

Figura 8 - Imagem de satélite do bairro Vila Iza



Fonte: *Google Maps*, com anotações dos autores (2020).

De modo geral, a Vila Iza possui majoritariamente imóveis residenciais em lotes menores que os da Nova Campinas e da Chácara da Barra, com poucos imóveis ocupados por atividades terciárias. O que sobressai na paisagem do bairro é a considerável verticalização pela qual vem passando. A partir de levantamentos em campo, identificamos a presença de 6 torres de edifícios residenciais que ocupam área considerável do bairro, processo que indica um novo momento de sua transformação, em resposta às demandas sociais e econômicas atuais na produção do espaço urbano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos bairros estudados se concentrou na primeira metade do século XX, período em que Campinas precisou adequar o seu espaço urbano às novas determinações impostas pela industrialização. A área de expansão da

cidade se torna local oportuno para as práticas de teorias urbanísticas modernas, às quais são atribuídas, pelo planejamento urbano municipal, um caráter científico e técnico que promete a criação de uma cidade ideal. À expansão física da cidade, soma-se uma mudança de caráter ideológico: o anseio de construir uma Campinas nova, moderna e progressista - desejo da nova elite urbana.

Nesse contexto, surge um bairro que carrega em seu nome uma referência à cidade que busca romper com seu passado rural: a Nova Campinas, projetada aos moldes de um bairro-jardim. A continuação das intervenções de Macedo Vieira na cidade ocorreu no âmbito do círculo familiar da família Coutinho, sendo contratado por essa para projetar a Chácara da Barra e por um amigo da família, João Brásio, para projetar a Vila Iza. Embora a atuação do engenheiro em Campinas tenha ficado restrita ao grupo dessa família, Macedo Vieira acabou por firmar o modelo bairro-jardim em três bairros localizados na área central e mais valorizada da cidade.

Observamos que o ideário cidade-jardim esteve presente nas propostas do Plano de Melhoramentos de Campinas. O “produto” imobiliário resultante das intervenções de Macedo Vieira, embora provindo de uma concepção social mais utópica, compôs com o plano de urbanismo o oferecimento de um segmento mais valorizado do espaço. Entretanto, se na Nova Campinas, o ideal de modernidade e as amenidades urbanas do modelo bairro-jardim foram exploradas e divulgadas como forma de agregar valor ao solo urbano, essas mesmas vantagens do modelo, além de sua implementação em áreas prestigiadas da cidade, puderam ser usufruídas no âmbito de um empreendimento social popular, no caso da Chácara da Barra, e pelas classes mais populares, no caso da Vila Iza.

Na Nova Campinas, o caráter de bairro de elite foi justamente o que fez com que os moradores deixassem o bairro a partir da década de 1990, processo que não se verificou na Chácara da Barra e Vila Iza, cujas características de bairros de classe média, com lotes menores e casas mais populares, são fatores que contribuem com a permanência dos moradores e parcial preservação do traçado original, embora a verticalização, hoje, seja marca presente nesses dois últimos. No caso da Vila Iza, sua localização entre o Taquaral e o Cambuí,

bairros extremamente verticalizados, e sua menor área, o que dificulta as resistências de permanência por parte de antigos moradores contra o poder do capital imobiliário, têm feito do bairro alvo de empreendimentos verticais que ocupam parte significativa da área construída.

Assim, na análise do processo de evolução dos três bairros, vemos, em diferentes proporções, a descaracterização dos princípios urbanísticos que estiveram presentes em suas construções. A expansão do setor terciário em bairros que antes eram residenciais e a emergência da verticalização são frutos do atual processo de renovação das formas que as classes média e alta escolhem para habitar a cidade, representadas, atualmente, por condomínios fechados.

A tentativa de tombamento do traçado urbanístico da Nova Campinas, ao pressupor a preservação do modelo residencial unifamiliar horizontal, se mostra incongruente em relação às transformações do bairro. Atualmente, a sua morfologia representa um entrave à sua manutenção residencial, já que residências em grandes lotes, que encarecem os impostos sobre o território urbano e elevam a necessidade de recursos para a gestão de habitações de luxo, perdem seu antigo poder de atração de moradores frente à crescente aspiração por segurança urbana (FELDMAN, 2018).

Se na capital paulista os bairros-jardins compuseram a primeira lei geral de zoneamento da cidade, aprovada em 1972, sendo o Jardim América, o Jardim Europa, o Jardim Paulista e o Jardim Paulistano, o primeiro conjunto urbano tombado em São Paulo pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (FELDMAN, 2018), em Campinas, a restrita tradição do modelo bairro-jardim, associada a uma menor expressividade simbólica na dimensão do campo de valores urbanos da cidade, não garantiram aos bairros aqui estudados a preservação de suas características originais, nem o reconhecimento destas pela maior parte de seus moradores - fatores que, se existissem, serviriam como justificativa para o tombamento no âmbito da dimensão urbana.

O modelo bairro-jardim se coloca frente às renovações do uso de suas formas, pois novas intencionalidades entram em cena nesta refuncionalização que a estrutura sociopolítica e econômica demanda no período contemporâneo, tanto para a cidade de Campinas como para outros bairros-jardins no país. Essa

expressão do urbanismo que, na sua origem, uniu formas urbanas e qualidade de vida ambiental é, hoje, capturada pelos interesses especulativos do mercado imobiliário, uma vez que nesses bairros houve a preservação de importantes áreas verdes, fator que contribui com a agregação de valor a novos empreendimentos.

Se o conceito nasceu como um contraponto aos problemas urbanos da industrialização do século XIX na Inglaterra e foi incorporado às políticas de habitação e zoneamento urbano, hoje, ele se atualiza na defesa de um meio ambiente urbano de melhor qualidade e, conseqüentemente, de maior valor simbólico agregado. Enquanto utopia antiga de um urbanismo com qualidade ambiental e autonomia em relação às propostas de maior densidade do planejamento racionalista, o bairro-jardim ainda não resolveu a sua principal contradição: nas leis do mercado do uso do solo urbano, o que é ambientalmente mais correto nem sempre é o socialmente mais justo. Se esta proposta chega até o período contemporâneo é porque ela se adapta plenamente às concepções de uma “gentrificação verde” (GOLD & LEWIS, 2017), na qual a elitização no uso e apropriação do solo se sobrepõe ao seu acesso democrático pelas classes mais populares.

Os empreendimentos mais populares são, geralmente, verticalizados; os ambientalmente mais corretos, mantém as baixas densidades e são cercados. Ainda não alcançamos a base ética necessária para resolvermos a questão da sustentabilidade nas três esferas, a ambiental, a social e a econômica, como sugerem Ross e Cabaness (2014, p.181). Nesse sentido, o espírito inicial desta concepção ou a utopia ainda contemporânea não se sustentam nas cidades capitalistas, onde a partilha e a propriedade comunitária mascaram, na verdade, a autosegração urbana.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro de. **Barry Parker**: um arquiteto inglês na cidade de São Paulo. 1998. Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

ARQUIVO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS (2019). **Companhia Imobiliária Nova Campinas. Planta do Loteamento de Nova Campinas**. S. d. Escala 1:500.

ARQUIVO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS (2019). **Plano de loteamento da Chácara da Barra**. S. d. Escala 1:2000.

ARQUIVO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS (2019). **Plano de loteamento da Vila Iza**. S. d. Escala 1:1000.

BADARÓ, Ricardo de Souza Campos. **Campinas: o despontar da modernidade**. Campinas: Áreas de Publicações CMU/Unicamp, SP, 1996.

BONFATO, Antonio Carlos. **Águas de São Pedro por Jorge de Macedo Vieira: ressonâncias e traduções do modelo “Garden-City” na estância hidromineral paulista**. 2003. Dissertação. Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2003.

BONFATO, Antonio Carlos. O orgânico e o geométrico na prática urbana (1920-1960), R. B. **ESTUDOS URBANOS E REGIONAIS**, V.5, N.2 (p.75-93), 2003b.

CAMPINAS (SP). **Decreto Número 121, de 1946**. Aprova loteamentos de terrenos da Companhia Imobiliária Nova Campinas e parte da Nova Campinas. 1946.

CAMPINAS (SP). **Lei Número 107, de 29 de novembro de 1948**. Aprova planos de arruamento e loteamento de terrenos pertencentes a João Brasão e outro, no Taquaral. 1948.

CAMPINAS (SP). **Lei Número 365, de 21 de agosto de 1950**. Aprova planos de arruamento e loteamento dos terrenos da “Chácara da Barra”. 1950.

CAMPINAS (SP). **Termo de Referência ao Plano de Melhoramentos Urbanos**, p. 86-94, 1934.

CAMPINAS (SP). Ato Número 118, de 18 de março de 1938. Cria a Comissão de Melhoramentos Urbanos. *In: Atos promulgados no exercício de 1938*. Campinas: Linotypia da Casa Genoud, 1938.

CAMPINAS (SP). **Plano Preliminar de Desenvolvimento Integrado de Campinas**, vol., 1971.

CAMPINAS (SP). **Premissas e Princípios Norteadores do Plano Diretor Estratégico de Campinas**, 2016.

COMPANHIA IMOBILIÁRIA NOVA CAMPINAS. Primeiro balanço geral da Companhia, referente ao exercício de 1945 (agosto a dezembro). **Correio Paulistano**, São Paulo, p.15, Edição 28173, 28 fev. 1946. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 20 jul. 2020.

COMPANHIA IMOBILIÁRIA NOVA CAMPINAS. Relatório da diretoria, contas relativas ao exercício findo de 1947. **Correio Paulistano**, São Paulo, p.11,

Edição 28173, 07 fev. 1948. Disponível em:

<https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 20 jul. 2020.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 2000.

CHOAY, Françoise. **O urbanismo**. São Paulo: Editora Perspectiva, 5 ed., 2000.

FELDMAN, S. Os bairros-jardim em São Paulo: tombamento, zoneamento e valores urbanos. **Revista CPC**, [S. l.], v. 13, n. 26 esp, p. 94-115, 2018.

GOULD, K. A.; LEWIS, T. L. **Green Gentrification: Urban sustainability and the struggle for environmental justice**. Routledge, 2017. ISBN: 9781138309135.

HALL, Peter. **Cidades do Amanhã**. São Paulo: Perspectiva, 1988.

HARVEY, David. O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. *In: Revista Espaço & Debates - Estudos Regionais e Urbanos*, n.6, jun./set., p. 6-35, 1982.

HARVEY, David. **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

HOWARD, Ebenezer. **Cidades Jardins de Amanhã**. São Paulo: Hucitec, 1996.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martinsfontes, 2014.

JULIANO, Marcelo Alexandre. **Entrevista família Brásio**. Arquivo mp3 (40MB). Campinas, s. d.

JULIANO, Marcelo Alexandre. **O zoneamento e o território do terciário na cidade de Campinas**. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2016.

LEFEBVRE, Henri. **La production de l'espace**. Paris: Anthropos, 1974.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

MONTEIRO, Circe Maria Gama. O Planejamento: algumas considerações. **Revista Etc, espaço, tempo e crítica**, vol.1, n.1, p. 40-54, maio 2007.

NOTÍCIAS DO INTERIOR. **Correio Paulistano**, São Paulo, p.2, Edição 08050, 14 nov. 1932. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 20 jul. 2020.

NOTÍCIAS DO INTERIOR. **Correio Paulistano**, São Paulo, p.10, Edição 28201, 12 mar. 1948. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 20 jul. 2020.

PAES-LUCHIARI, M. T. D. Patrimônio cultural: uso público e privatização do espaço urbano. **Geografia/AGETEO**, n. 1, Rio Claro, SP, p. 47-60, 2006.

PRESTES MAIA, Francisco. Rascunho de Exposição Preliminar. *In: Relatório dos trabalhos realizados pela Prefeitura de Campinas, durante o exercício de 1935*. 1935.

REGO, Renato Leão. Brazilian Garden Cities and Suburbs: Accommodating Urban Modernity and Foreign Ideals. **Journal of Planning History**, Vol 13 (4), 2014.

ROSS, Philip; CABANNES, Yves. **21st Century Garden Cities of Tomorrow - A Manifesto**. Hawthorne Press, 209 p., 2014. ISBN 978-1-291-47827-3.

SANTOS, Antonio da Costa. **O ato de morar**: uma oficina urbana de posseiros. 1985. Dissertação (Mestrado em Tecnologia do Ambiente Construído) - Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 1985.

SANTOS, Antonio da Costa. **Campinas das origens ao futuro**: compra e venda de terra e água e um tombamento na primeira sesmaria da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso de Jundiá (1732-1992). Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 5 ed., 2014.

SEMEGHINI, Ulysses. **Campinas (1860 a 1980)**: Agricultura, industrialização e urbanização. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1988.

TREVISAN, Ricardo. **A incorporação do ideário da garden-city inglesa na urbanística moderna brasileira**: Águas de São Pedro. 2003. Dissertação (Mestrado em Ciências Exatas e da Terra) - UFSCAR, São Carlos, 2003.

VILELA FILHO, Luis Ribeiro. **Urbanização e fragilidade ambiental na Bacia do Córrego Proença, Município de Campinas (SP)**. 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia) – IG/UNICAMP, Campinas, SP, 2006.

WOLFF, Silvia Ferreira Santos. **Jardim América**: o primeiro bairro-jardim de São Paulo e sua arquitetura. São Paulo: Edusp, 2001.

XAVIER, Milton César. **A formação do Bairro Taquaral em Campinas (SP) e sua consolidação como subcentro**. 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia) – IG/UNICAMP, Campinas, 2006.

ZAKIA, Sílvia Amaral Palazzi. **Uma nova paisagem urbana**: Campinas dos anos 30 e 40. 1. ed. São Paulo: Annablume Editora, v. 1. 458p, 2017.

Recebido em 04 de novembro de 2021
Aceito em 05 de outubro de 2022